

A REPÚBLICA DAS OLIGARQUIAS

Depois de pouco mais de três meses de trabalho, a Assembléia Constituinte apresentou a nova Constituição. Promulgada em 1891, ela estabelecia, entre outros artigos:

- O nome de Estados Unidos do Brasil para o país;
- A república presidencialista e federativa, formada por vinte estados autônomos.
- O mandato de quatro anos, sem direito a reeleição, para o presidente da República.
- O voto universal masculino, aberto, para maiores de 21 anos alfabetizados.
- O direito de cada estado eleger seu governante e sua assembléia legislativa e também de contrair empréstimos no exterior e decretar impostos sobre exportações e bens imóveis etc.

O federalismo atendia ao desejo dos cafeicultores paulistas, que apoiaram a queda da monarquia. Permitia administrar o estado e dispor dos recursos públicos livremente, sem a intervenção do governo federal. Beneficiava também os grandes fazendeiros dos outros estados. Assim, o controle da vida econômica e política de cada estado ficou nas mãos de um punhado de latifundiários. Portanto, quem mandava na República eram as oligarquias estaduais.

As oligarquias mais fortes do país eram as de São Paulo (por sua riqueza econômica) e Minas Gerais (o estado mais populoso e por isso com o maior número de deputados federais, além de possuir a segunda economia do país). O poder dessas oligarquias ultrapassava a esfera estadual: elas controlavam também a política federal. A supremacia de São Paulo e de Minas Gerais na vida nacional ficou conhecida como “Política do Café-com-Leite”.

Até 1930, coube às oligarquias paulistas e mineiras decidir quem venceria as eleições para presidente da República. Nesse tempo, a política do café-com-leite poucas vezes foi contrariada. Sua força estava no compromisso de não interferir na política interna dos demais estados e de dar pleno apoio às suas oligarquias. Além disso, o poder federal premiava as elites “leais” com cargos públicos, pastas ministeriais e ajuda econômica em obras federais (construção de pontes, por exemplo). O pacto entre governo federal e governos estaduais foi chamado de “Política dos Governadores”.